

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006383-06.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Liminar**  
 Requerente: **Casa de Saúde e Maternidade São Carlos Ltda**  
 Requerido: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Casa de Saúde e Maternidade São Carlos Ltda. propôs a presente ação cautelar contra a ré Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico, requerendo: a) a concessão de liminar a fim de que a ré seja compelida a realizar o imediato pagamento da integralidade da produção mensal e que deveria ter sido creditada no dia 22/06/2015; b) a concessão de liminar para que a ré seja compelida a não mais realizar o desconto de valores referentes às despesas que unilateralmente entendeu devidas enquanto não prestadas, de forma efetiva, as contas dos valores que pretende receber.

Decisão de folhas 44/45 indeferiu a liminar.

Pedido de reconsideração de folhas 48/51.

Decisão de folhas 52 não conheceu do pedido de reconsideração.

Agravo de Instrumento interposto às folhas 58.

A ré, em contestação de folhas 80/94, suscita preliminar de falta de interesse processual. No mérito, requer a improcedência do pedido, porque a autora não demonstrou o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*. Sustenta que o pedido da autora esbarra na necessidade de cognição exauriente a respeito dos fatos alegados, o que afasta o requisito do *fumus boni juris*, indispensável para o deferimento da medida cautelar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Réplica de folhas 170/174.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito porque impertinente a dilação probatória, tratando-se de matéria de direito.

De início, afasto a preliminar de falta de interesse processual porque é matéria de mérito.

A autora manejou a presente ação cautelar pretendendo a concessão de liminar a fim de que a ré seja compelida a realizar o imediato pagamento da integralidade da produção mensal e que deveria ter sido creditada no dia 22/06/2015, bem como que a ré seja compelida a não mais realizar o desconto de valores referentes às despesas que unilateralmente entendeu devidas enquanto não prestadas, de forma efetiva, as contas dos valores que pretende receber.

A tutela cautelar tem por finalidade assegurar ou garantir a eficácia e a utilidade de providência jurisdicional pleiteada em caráter principal em outro processo (de conhecimento ou de execução). A tutela cautelar não tem, em regra, caráter satisfativo, mas cria condições para que tal satisfação ocorra, se acolhido o pedido principal.

Para sua concessão, necessário o preenchimento dos requisitos *fumus boni juris* e *periculum in mora*.

Todavia, conforme já assentado na decisão de folhas 44, ausente a aparência do bom direito, ou, como diz a doutrina, o *fumus boni juris*, tendo em vista que a ação cautelar não tem, em regra, caráter satisfativo, servindo para garantia da efetividade da prestação jurisdicional a ser proferida em sede de cognição exauriente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O pedido, tal como formulado, não pode ser deferido em sede de tutela cautelar, devendo ser objeto de ação de conhecimento, uma vez que pretende que a ré seja compelida a realizar o imediato pagamento da integralidade da produção mensal e que deveria ter sido creditada no dia 22/06/2015 e que a ré seja compelida a não mais realizar o desconto de valores referentes às despesas que unilateralmente entendeu devidas enquanto não prestadas, de forma efetiva, as contas dos valores que pretende receber.

Diante do exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta.

Oficie-se ao Egrégio Tribunal de Justiça comunicando o julgamento desta ação, ante a interposição de agravo de instrumento.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de outubro de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**